

*A história do Brasil (re)contada pela poética feminista decolonial do slam:
uma leitura do poema “DIA 1. NOME COMPLETO”, de Luiza Romão*

Érica Alessandra Paiva Rosa¹

Introdução

Os campeonatos de poesia falada, mais conhecidos como slams, surgiram na década de 1980 nos Estados Unidos e se espalharam pelo mundo com a proposta de dessacralizar a poesia e seus lugares de expressão. Nesse contexto, as pessoas podem falar sobre qualquer tema, “sempre respeitando as três regras principais: apresentações de textos autorais, em até três minutos e sem uso de figurino, fantasia ou música. As apresentações são avaliadas por um júri popular, escolhido na plateia, que atribui notas de 0.0 a 10.0 para poema e performance” (ROSA; LEITE, 2023, p. 138).

No Brasil, algumas poetisas levam aos slams textos que recontam a história do país por uma perspectiva feminista e um trabalho de destaque nessa cena é o de Luiza Romão, poeta, atriz e performer paulista. Desde 2014, ela se apresenta nos slams e, em 2017, publicou o livro “Sangria” com alguns poemas até então declamados ao público nos campeonatos de poesia falada. Nessa obra, Luiza retoma momentos da história brasileira apresentando uma interpretação feminista decolonial para os fatos e, consequentemente, ligando-os à sociedade racista, machista e cisheteronormativa que configura o Brasil hoje.

Com design de Daniel Minchoni e fotos de Sérgio Silva, “Sangria” une as materialidades do poema e da fotografia para recontar a história do Brasil pela perspectiva de um útero. Composto por 28 fotos e 28 poemas e lido no formato de um calendário, o livro é construído em torno de um ciclo menstrual atravessado por acontecimentos históricos brasileiros. Por ter sido apresentado nos slams e por versar sobre as origens do Brasil e da mulher nesse país, o poema “DIA 1. NOME COMPLETO” é o objeto deste estudo.

A primeira seção do artigo, “A colonialidade e suas violências”, delineia um panorama sobre a presença da colonialidade na construção do Brasil. Para dialogar com os temas tratados pelo corpus literário, os conceitos de “colonialidade da natureza” e “colonialidade do gênero” são apresentados a fim de refletir sobre como se estruturam essas práticas de controle social.

¹ Organizadora do Slam Pé Vermelho (Maringá - PR) e do Slam Paraná. Mestra em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Bolsista de doutorado pelo CNPq.

Já a segunda seção “A colonização foi um estupro: uma leitura decolonial de ‘DIA 1. NOME COMPLETO’”, realiza a análise do poema discutindo a rede de sentidos que perpassa o nome do país e os episódios históricos abordados. Isso para compreender como se dá o funcionamento da colonialidade nas relações que envolvem a masculinidade hegemônica e a violência contra as mulheres.

A colonialidade e suas violências

A colonialidade é a lógica que orienta o poder no colonialismo – enquanto experiência história da colonização – e para além dele, organizando as relações de poder através de uma série de instituições que hierarquizam o acesso aos lugares de tomada de decisão, que criam teorias e leis, que controlam a vida social e que representam as pessoas através de materialidades simbólicas. De acordo com Mignolo:

“Colonialidade” equivale a uma “matriz ou padrão colonial de poder”, o qual ou a qual é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, progresso e felicidade) que justifica a violência da colonialidade’. E descolonialidade é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla, como à violência da colonialidade (MIGNOLO, 2017, p. 14).

O campo da teoria decolonial propõe uma compreensão anti-essencialista do mundo, questionando e desconstruindo os conceitos normativos e homogeneizantes traçados pelas políticas colonialistas. Essa teoria visibiliza aspectos da estrutura colonial que, apesar de negados, permanecem em vigência nas sociedades pós-coloniais. Assim, a decolonialidade realiza leituras que não naturalizam a hierarquia, a diferença, o preconceito, o racismo e a violência, por exemplo, e sim compreendem as estruturas de poder que aplicam tais opressões.

Uma das estratégias de organização da lógica colonial é o uso de dicotomias para criar e justificar hierarquizações. Lugones (2014) considera que a dicotômica entre “humanos e não-humanos” é o eixo central da colonialidade, promovendo a desumanização de determinados povos em função de um projeto de dominação promovido pelos ocidentais. Para a autora, tal diferenciação hierárquica foi acompanhada por outras, como a de homens e mulheres:

Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/

agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão (LUGONES, 2014, p. 936).

Ser “homem” ou ser “mulher” é um ideal civilizatório que se atinge na Europa. Nessas condições, negar a condição de humanidade é uma estratégia para justificar a colonização dos povos do Sul, a fim de “civilizá-los” de acordo com as normas de sociabilidade eurocêntricas.

A colonialidade estabelece relações hierárquicas entre os povos do Norte e do Sul (Estados) global e no interior desses povos. Um exemplo estabelecido no Norte e que se expandiu com a colonização é a dicotomia hierárquica de gênero. A partir do Cristianismo, o pensamento eurocêntrico realizou uma divisão entre corpo e mente que fundamentou a sociedade moderna e construiu a dicotomia entre “razão/espírito”, atribuídos ao homem, e “corpo/natureza”, à mulher, de modo que o corpo é entendido como algo que precisa ser controlado pela razão.

Essa retomada ajuda a compreender como o pensamento eurocêntrico construiu o conceito de gênero ao longo do tempo através de suas instituições dominantes enquanto uma “organização social da diferença sexual” (SCOTT, 1990, p. 15) a partir da dicotomia: masculino versus feminino. Logo, as representações sobre o que é ser “mulher” e o que é ser “homem” foram elaboradas através de construções sociais e discursivas influenciadas por fatores religiosos, culturais, políticos, econômicos e étnico-raciais, dentre outros.

Os processos de colonização executados pelo Ocidente disseminaram suas formas de organização social implantando modelos de corpos e comportamentos corretos e incorretos. Nesse contexto, os ideais de gênero e de sexualidade contemporâneos nascem de uma hierarquização que se produz na colonialidade. Portanto, transformar as pessoas em homens ou mulheres do modelo colonial é uma forma de captá-las e controlá-las dentro desse sistema de gênero. Dessa maneira, a feminilidade e a masculinidade vão requerer um conjunto de rituais para tornar seus corpos aptos para serem mulheres ou homens no pensamento colonial.

De acordo com Gomes (2018, p. 73), “essa noção de dominação de gênero é uma imposição colonial que, inclusive, invisibiliza, condena, usa como medida negativa (quando não criminaliza) formas outras de organização ou relação de gênero”. Nessa conjuntura, quando uma pessoa não corresponde aos modelos impostos aos gêneros feminino e masculino, a violência é aplicada pela colonialidade como uma estratégia de controle. Consequentemente, a naturalização da violência de gênero está atrelada ao que se espera do comportamento de determinado gênero que não é “cumprido”.

A partir desses pontos, busca-se compreender por que as violências contra as mulheres persistem na sociedade brasileira contemporânea e suas respectivas ligações com a colonialidade. Primeiramente, é preciso considerar que as dicotomias são utilizadas pela

lógica colonial para produzir contextos de desigualdade e, dessa forma, justificar o domínio. Segundo Saffioti (2005, p. 75), a desigualdade é uma construção social “posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência”. Visto que a organização da sociedade brasileira foi calcada na assimetria de direitos – logo, na falta de igualdade –, ela ainda se configura como uma sociedade regida pelo pensamento patriarcal, em que o poder do homem estrutura as relações sociais a partir de instituições como a família, o Estado e a religião, por exemplo.

Ao longo dos tempos, a sociedade brasileira incentivou os homens para o exercício de sua “força-potência-dominação contra as mulheres”, conforme argumenta Saffioti (2005, p. 79), de modo que essa seria a única forma de comprovar uma suposta virilidade masculina almejada pelo patriarcado. Por isso, o uso da violência contra as mulheres foi e ainda é – em alguns casos – tolerado por parte da sociedade guiada pela lógica colonial. Ao ser hierarquicamente estruturada, a cultura de dominação, a qual estão expostos os sujeitos em ambiente público, incentiva-os a reproduzirem relações dessa cultura em ambiente privado.

Na tradição cultural há diferentes tipos de violência que se subdividem em classificações. No contexto brasileiro de violência contra as mulheres, as mais conhecidas são: física, sexual, emocional, patrimonial e moral. hooks (2018) também salienta as opressões contra as mulheres aplicadas por outras mulheres, como exemplo, a exploração que mulheres brancas e ricas fazem de mulheres não-brancas e pobres. Assim, a opressão das mulheres subalternizadas se articula em uma rede complexa, bem estruturada e nem sempre visível, organizada por processos de racialização, exploração capitalista e heterossexualismo. Nessas condições, é preciso ter a consciência de que “desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas/ intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas” (LUGONES, 2014, p. 941).

A colonização foi um estupro: uma leitura decolonial de “DIA 1. NOME COMPLETO”

O primeiro capítulo de Sangria, nomeado “Genealogia”, apresenta oito poemas que compõem uma espécie de certidão de nascimento. Segundo Vieira (2020, p. 2): “Quem nasce, nos poemas de Luiza Romão, é o Brasil. O Brasil que nasce da invasão, da violência. Quem representa esse país, nas fotografias que acompanham os poemas, é um corpo-mulher”. O primeiro poema do livro, DIA 1. NOME COMPLETO”, explora a escolha do nome desse país que nasce:

eu queria escrever a palavra br*+^%
a palavra br*+^% queria escrever eu
palavra eu br*+^% escrever queria
BRASIL
eu queria escrever a palavra brasil (ROMÃO, 2017, n. p.)

Nessa primeira estrofe, a organização gráfica que insere símbolos em meio à palavra “brasil” busca representar no plano da escrita o engasgo na garganta da poeta que não consegue pronunciar esse termo em sua performance no slam². Nessas condições, a escrita tenta traduzir para a materialidade do livro “um referente global que é a ordem do corpo” (ZUMTHOR, 1997, p. 157), imposto pela performance ao texto.

A personificação da caneta, que se revolta e não quer escrever o nome do país, representa um sentimento de repulsa por este Estado construído sobre a violência, negligenciada nos livros didáticos e na educação brasileira ao longo dos anos: “eu queria escrever a palavra brasil/ mas a caneta/ num ato de legítima revolta/ feito quem se cansa/ de narrar sempre a mesma trajetória/ me disse PARA/ e VOLTA/ pro começo da frase/ do livro/ da história” (ROMÃO, 2017, n. p.). Desse modo, cansada de ver a história oficial sendo contada sempre pelo mesmo viés – do homem branco, cristão, colonizador – a poeta e a sua caneta se rebelam e voltam ao começo da história do Brasil para relê-la e recontá-la pela perspectiva de uma mulher.

A partir daí, o poema denuncia diversas camadas de violências intercaladas na construção do Brasil e a naturalização delas ao longo dos tempos, outra violência configurada como uma estratégia de controle do poder. Para isso, é necessário ir ao início da história oficial do país – com a chegada das navegações portuguesas – para se perguntar: “DA ONDE VEM ESSE NOME?” (ROMÃO, 2017, n. p.). Ao questionar o nome atribuído ao país, a poeta demonstra que tal escolha é ligada ao sistema de exploração econômica imposto pelo colonialismo: “palavra-mercadoria / brasil / PAU-BRASIL” (ROMÃO, 2017, n. p.). Aqui a poeta recupera a colonialidade da natureza com a invasão do território e a extração dos recursos naturais para enriquecimento da metrópole, referenciando a madeira do pau-brasil que dá origem à nomenclatura desse Estado.

Para além das explicações contadas nos livros didáticos, a poeta se pergunta: que significados sugere um país que carrega um símbolo fálico no próprio nome? Por isso, em sua releitura da história do Brasil, ela também recupera a colonialidade do gênero com a violência

² SLAM DA GUILHERMINA. **Canal**. Youtube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rFrGrzsxY-8>. Acesso em: 30 jul. 2022.

contra as mulheres: “o pau-branco hegemônico/ enfiado à torto e à direito/ suposto direito/ de violar mulheres” (ROMÃO, 2017, n. p.). Nesse último trecho, o termo “pau” é utilizado com o sentido de “pênis” – visto que tal termo é popularmente utilizado no Brasil com esse significado – e caracterizado como “branco” e “hegemônico” para referenciar os colonizadores europeus e seus descendentes. Desse modo, a escritora expõe que as violências operadas pela colonialidade do gênero também são racializadas, visto que as principais vítimas do período colonial foram as pessoas não-brancas. Segundo Lugones (2014, p. 938):

A “missão civilizatória” colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático (por exemplo, alimentando cachorros com pessoas vivas e fazendo algibeiras e chapéus das vaginas de mulheres indígenas brutalmente assassinadas).

Nesse sentido, a referência ao ato de “enfiar” na construção “enfiado à torto e à direito” é uma escolha estética para expressar o alto nível de violência dos colonizadores, como a ação do estupro, por exemplo. Outro ponto importante abordado no poema é o fato de o patriarcado se sentir no direito de violar as mulheres. Isso acontece porque a colonialidade do gênero impõe que os homens provem a todo momento a sua suposta “potência de dominação”, assim, na busca por formas de comprovar a virilidade, eles agem com violência e se sentem justificados em agredir os corpos femininos, porque se espera isso deles.

Na sequência do poema, uma estrofe de quatro versos apresenta uma das principais ideias do texto, recuperada nesse processo de releitura da história do país: a de que a colonização do Brasil foi um estupro. A própria organização gráfica dessa estrofe, com os versos inicial e final em caixa alta e os intermediários com duas palavras cada que promovem aliterações, chama a atenção na leitura:

A COLONIZAÇÃO COMEÇOU PELO ÚTERO
matas virgens
virgens mortas
A COLONIZAÇÃO FOI UM ESTUPRO (ROMÃO, 2017, s. p.).

Nessa estrofe há uma denúncia à colonialidade da natureza e do gênero, mostrando como elas se articulam no processo de invasão do território geográfico e de violação dos corpos que ali estavam. Desse modo, a dicotomia entre o “natural” e o “humano” mostra-se uma estratégia da colonialidade para justificar a exploração do primeiro pelo segundo. Ao serem compreendidas como elementos da natureza pela colonialidade, as matas e as virgens

“podem” ser invadidas/consumidas/exploradas como produtos. Em contraponto, por não fazer parte da natureza na lógica colonial, o homem tem por função dominá-las e explorá-las.

Luiza Romão recupera diversos personagens da história política do Brasil e constrói um panorama para mostrar como o patriarcado se mantém no poder desde o período da colonização. Primeiro, ela cita Pedro Álvares Cabral e as cruzeiras lusitanas, em referência à chegada dos portugueses. Depois, ironiza a política colonial brasileira com a construção “pedro ejaculando-se/ dom precoce” (ROMÃO, 2017, n. p.) em referência a Dom Pedro II, nomeado imperador do Brasil aos cinco anos de idade. Tais versos apresentam uma crítica à política monárquica e patriarcal que priorizava a sucessão do reinado aos filhos homens.

Na sequência, o poema faz referência a Deodoro da Fonseca, militar e político brasileiro: “deodoro metendo a espada/ entre as pernas/ de uma princesa babel” (ROMÃO, 2017, n. p.). Aqui o poema retoma o momento histórico em que a Princesa Isabel, filha mais velha de D. Pedro II, esteve na direção do Estado Brasileiro como Regente do Império e decretou a Abolição da Escravatura em 1888. Tal ação influenciou na Proclamação da República (1889), quando o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o cargo de primeiro presidente do Brasil e determinou a saída de Dom Pedro II e de sua família do país. Novamente, é bordado um acontecimento político brasileiro em que um homem assume a liderança, em detrimento de uma mulher.

O poema salta para o século XX a fim de recuperar um outro período político da história do país com a ditadura civil-militar: “costa e silva gemendo cinco vezes / AI AI AI AI AI” (ROMÃO, 2017, s. p.). Aqui, a escritora recupera o papel do patriarcado com a ideia do gemido masculino que, concomitantemente, representa o Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado durante o governo do general Costa e Silva. Nota-se que o símbolo fálico de poder é utilizado para construir a ironia do texto, inclusive, em suas performances desse poema no slam, Luiza interpreta o “gemido” do general.

De acordo com o poema, é em nome da palavra “brasil” e de todos os seus significados atrelados à violência que o patriarcado e os militares – que se encontram nesse grupo – atuam no país: “aquela em nome da qual/ tanto homem se faz bicho/ tanto bandido general/ aquele em nome de quem a borracha vira bala/ a perversidade qualidade de bem/ aquela empunhado em canto/ atestada em docs/ que esconde pranto/ mãe do dops” (ROMÃO, 2017, s.p.). Nesse trecho, a poeta recupera a atuação repressiva e violenta dos militares ao longo da história, citando desde o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)³ na ditadura civil-militar, até as balas de borracha utilizadas pela Polícia Militar atualmente.

³ O DOPS foi um órgão de repressão e punição das pessoas contrárias ao regime civil-militar.

O poema também apresenta alguns presidentes da república de diferentes momentos do século XX: “getúlio/ juscélino/ geisel/ collar/ jânio/ sarney” (ROMÃO, 2017, n. p.) em uma lista que demonstra como a política brasileira é controlada pela colonialidade de gênero⁴. Ademais, Luiza atualizou esse poema em suas performances pós-2017 adicionando os nomes de Temer e de Bolsonaro. Nessa conjuntura, ao visualizar tal panorama de presidentes delineado pelo poema, é possível perceber que os perfis dos personagens da política brasileira não mudaram muito ao longo dos tempos.

A disparidade que associa o ato de pensar à masculinidade é retomada pelo poema com um duplo sentido, já que também faz referência à cabeça do pênis: “a decisão parte da cabeça/ do membro ereto/ de quem é a favor da redução/ mas vê vida num feto” (ROMÃO, 2017, n. p.). Assim, questiona-se o fato de homens tomarem decisões sobre corpos e vidas de mulheres ao longo da história. Homens que, em sua maioria, pertencem a uma camada elitizada da sociedade que é a favor da redução da maioridade penal, mas criminaliza o aborto. Ou seja, uma sociedade hipócrita que se diz interessada na vida, mas não em proporcionar uma vida digna aos jovens e adolescentes pobres e racializados. Dessa forma, o poema denuncia que qualidade de vida é artigo de luxo no Brasil, restrito apenas às classes média e alta.

O patriarcado que explora os recursos naturais e ocupa altos cargos de poder é o mesmo que abandona os filhos, coloca pessoas em cárcere privado, estupra e mata mulheres pobres nas comunidades brasileiras: “é o pau-brasil/ multiplicado trinta e três vezes/ e enterrado numa só garota” (ROMÃO, 2014, n. p.). Nesse trecho, a poeta retoma o caso de uma adolescente de 16 anos que foi vítima de estupro coletivo em uma favela do Rio de Janeiro em 2016, ela foi dopada e estuprada por 33 homens (MORAES, 2016). Ademais, o delegado que acompanhava o caso foi afastado por conduta machista e constrangimento da vítima durante o depoimento (JIMÉNEZ, 2016).

Ao revisitar a história do Brasil no poema de Luiza Romão, é possível compreender por que esse país é o quinto que mais mata mulheres atualmente: as raízes estão na colonialidade que a todo momento atualiza as suas formas de controle. De acordo com o cronometro de violência contra as mulheres no Brasil (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2022): 1 mulher é estuprada a cada 11 minutos; 1 mulher é assassinada a cada 2 horas; 503 mulheres são vítimas de agressão a cada hora; e 5 espancamentos ocorrem a cada 2 minutos. Diante dessa conjuntura, surge a revolta da poeta em não querer escrever o nome do país: “olho pra caneta

⁴ Nessa conjuntura, cabe relembrar o papel do gênero no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Para aprofundamento: LEMOS, Beatriz Monteiro. **Misoginia, Feminismo e Representações Sociais: O Processo de Impeachment de Dilma Rousseff na Imprensa Brasileira (2010-2016)**. 34 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

e tenho certeza/ não escreverei mais o nome desse país/ enquanto estupro for prática cotidiana/ e o modelo de mulher/ a mãe gentil” (ROMÃO, 2017, n. p.).

Considerando que “a colonialidade do gênero constitui-se pela colonialidade de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas” (LUGONES, 2014, p. 940), compreende-se que Luiza Romão ocupa a função social de poeta para reescrever a história do Brasil e recuperar os fatos escondidos dessa narrativa, para denunciar a perpetuação da lógica de violências e para transmitir, através de suas palavras, os anseios de uma parcela da sociedade que luta por um país mais justo e seguro para as mulheres. Logo, ao “se fazer voz” e “se fazer ouvir” nos slams e no livro, a poesia de Romão exerce um papel estimulador, pois é um apelo à ação dos ouvintes, cumprindo a aspiração da poesia delineada por Zumthor (1997).

Considerações finais

O poema “DIA 1. NOME COMPLETO” abre o livro expondo a tensão que caracteriza toda a obra de “Sangria”: o perigo que é ser mulher no Brasil. Esse texto de Luiza Romão trabalha com um território e uma mulher interpretados pela colonialidade como corpos a serem invadidos e explorados. Entretanto, a artista brasileira subverte essa lógica ao usar a literatura para fazer uma releitura desconstrutivista da história de seu país, colocando o corpo da mulher como narrador dos acontecimentos que assumem outras interpretações.

A poeta constrói inúmeras representações simbólicas em torno do falo para demonstrar a presença do patriarcado na construção da história e da política brasileiras. Para isso, ela ironiza e contesta os governantes do país que mantêm a lógica colonial até hoje, tanto que cita diversos nomes representativos de períodos da política brasileira. A escolha do vocabulário – que forma um discurso muito direto e preciso, característico do slam – e toda a carga de violência embutida nos termos, visam discutir que a violência de gênero se perpetua na sociedade brasileira.

Nesse percurso, compreende-se que o poema constrói uma crítica à lógica colonial que ainda guia o pensamento das instituições de poder brasileiras. Portanto, o texto literário oferece uma leitura histórica do Brasil revelando aspectos que, ao serem naturalizados ao longo dos tempos, mantêm atuais as relações de dominação e de exploração impostas pela colonialidade, visto que essa adapta suas estratégias de controle aos mais diversos tempos e contextos.

A poeta denuncia o machismo, a misoginia e a cultura do estupro ao mostrar que a história do país foi construída com base na violência de gênero utilizada como estratégia de dominação. Além disso, ao trazer exemplos contemporâneos de violência, ela provoca a reflexão sobre a permanência da colonialidade da natureza e do gênero na organização política, social e econômica do país. Por isso a dificuldade em escrever a palavra “Brasil” e a decisão política de não o fazer enquanto as violências contra as mulheres persistirem nesse Estado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra as mulheres**. 2022. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/o-dossie/>>. Acesso em: 01 set. 2022.

GOMES, Camilla de Magalhães. **Gênero como categoria de análise decolonial**. Civitas, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2018.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

JIMÉNEZ, Carla. A Justiça no Brasil não é divina, é feminina. **EL PAÍS**, São Paulo, 31 mai. 2016. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/30/opinion/1464642813_156292.html>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Trad. Juliana Watson e Tatiana Nascimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3), setembro-dezembro 2014, p. 935-952.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Trad. Marcos Jesus de Oliveira. **Epistemologias do sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.

MORAES, Camila. Compartilhar estupro coletivo nas redes, a nova versão da barbárie brasileira. **EL PAÍS**, São Paulo, 07 jun. 2016. Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/politica/1464275134_153470.html>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ROMÃO, Luiza. **Sangria**. São Paulo: Edição do Autor – Selo do Burro, 2017.

ROSA, Érica A. P.; LEITE, Suely. O revide da língua: a decolonização do pensamento no poética do slam. **Revista Terceira Margem**, v. 27, n. 51, jan./abr. 2023, p. 137-158.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul./dez. 1990, p. 5-22.

VIEIRA, Guilherme. A. P. de S. M. Do Corpo-país-invadido ao Corpo-mulher-violada: Nuances da Invasão em Sangria (2017), de Luiza Romão. **Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad**, Foz do Iguaçu, v. 06, nº 01, jan-abr., 2020.

ZUMTHOR, Paul. **Introdução à poesia oral**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.